

Gerardo Magela



Simon afirma que decisão de Jango de não resistir ao golpe foi ato de responsabilidade

Simon pede que se esclareça morte de Jango

Ao registrar a passagem do 32º aniversário da morte do ex-presidente João Goulart, o Jango, o senador Pedro Simon cobrou esclarecimento da denúncia de que o ex-chefe da nação teria sido assassinado por agentes da Operação Condor. **7**

Mozarildo espera que STF decida contra reserva

Por considerar “excludente” a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, Mozarildo Cavalcanti manifestou confiança na decisão a ser tomada amanhã pelo Supremo Tribunal Federal na ação movida por ele e Augusto Botelho. **3**



Gerardo Magela

Mozarildo teme luta fratricida entre as diversas etnias indígenas na reserva



Paim saúda o servidor Luciano, acompanhado do cão-guia Mits

Paim destaca ato em favor de aposentado e pensionista

“Foi um gesto cívico e patriótico que não é contra ninguém e, sim, a favor de um país mais justo e mais fraterno.” Assim Paulo Paim referiu-se a evento realizado em Santos no fim de semana. **8**

Autonomia do Banco Central em debate hoje

A autonomia e reestruturação do Banco Central, além de alterações no Sistema Financeiro Nacional, serão debatidas hoje na CCJ. **4**

Cota para aluno da rede pública em universidade

A Comissão de Justiça examina amanhã projeto que destina metade das vagas em universidades para alunos da rede pública. **4**

Gerardo Magela

Plenário deve votar mais uma MP contra a crise

Além da medida que autoriza BB e Caixa a comprarem bancos, Plenário pode deliberar sobre propostas de emenda à Constituição e doação de alimentos a Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica

Mais uma medida provisória de combate à crise financeira deve ser votada esta semana pelo Plenário do Senado. Trata-se da MP 443/08 – transformada em Projeto de Lei de Conversão 30/08 pela Câmara dos Deputados –, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. Esse é o primeiro dos 48 itens da pauta de votações.

Também pode ser apreciada pelo Plenário do Senado a MP 444/08, que autoriza o governo brasileiro a doar arroz, leite em pó e sementes de hortaliças para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, com vistas a atender às populações desses países afetadas por eventos climáticos adversos de grandes proporções. Estão ainda em pauta várias propostas de emenda à Constituição. **3**



Moreira Mariz

A pauta do Plenário do Senado volta a ser obstruída por medida provisória

Congresso reverencia profissionais e instituições nesta semana

Homenagens a marinheiros, PUC MG e Rede Sarah

O CONGRESSO REÚNE-SE hoje, às 10h, para uma sessão solene destinada a comemorar o Dia do Marinheiro, celebrado em 13 de dezembro. A data homenageia o almirante Joaquim Marques de Lisboa, o Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha,



Augusto Botelho elogia dedicação dos marinheiros

cujo nome está inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, guardado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

– O Congresso, ao ter esta iniciativa, reverencia todos os brasileiros e brasileiras que integraram e integram a Marinha, pelos seus relevantes serviços prestados ao país – afirmou o senador Augusto Botelho (PT-RR), autor do requerimento de homenagem.

50 anos da PUC-MG

O Senado homenageia amanhã, na hora do expediente, a partir das 14h, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) pelos 50 anos de sua criação.

No requerimento em que propõe a homenagem, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informa que a PUC-MG está entre as cinco maiores universidades brasileiras, com cerca de 40 mil alunos matriculados em 52 cursos de graduação e vários cursos de pós-graduação.

O senador disse ainda que a PUC-MG tem feito investimentos em pesquisa, pós-graduação e extensão, e conta com 2.503 professores e 1.400 funcionários da área técnico-administrativa, além de uma estrutura multicampi com centenas de prédios que abrigam salas de aula, laboratórios, biblioteca, museu, salas multimídia, teatro, auditórios, hospital veterinário, clínicas de fisioterapia, de odontologia e de psicologia, canal de televisão e várias outras instalações.

– O traço comum de sua atuação, em todas as áreas, é a preocupação com o avanço da ciência e do conhecimento, e a sintonia que busca manter, permanentemente, com os anseios da sociedade moderna e democrática – frisou Azeredo.

Rede Sarah

Também no horário do expediente, na quinta-feira, a partir das 14h, o Senado reverencia a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação do Aparelho Locomotor pela passagem dos 48 anos de sua fundação. O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) é autor do requerimento.

A Fundação das Pioneiras Sociais, criada em março de 1960, foi extinta em 1991 e substituída pela Associação das Pioneiras Sociais – entidade de serviço social autônomo, de direito privado e sem fins lucrativos, gestora da Rede Sarah. De acordo com informações do site oficial, o caráter autônomo do serviço público de saúde tornou a Rede Sarah a primeira instituição pública não-estatal brasileira.

Ainda segundo o site, o hospital Sarah presta serviço público de qualidade na área de medicina do aparelho locomotor, gera informações nas áreas de epidemiologia, gestão hospitalar, controle de qualidade e de custos dos serviços e exerce ação educacional e preventiva visando à redução das causas das principais patologias atendidas pela associação, entre outras atividades.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota permissão para BB e CEF comprarem bancos

Às 10, será realizada sessão solene do Congresso Nacional para comemorar o Dia do Marinheiro – 13 de dezembro.

A sessão do Senado, às 14h, é deli-

berativa e tem como primeiro item da pauta a Medida Provisória 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica a adquirirem participação em outros bancos.



Presidente recebe ministro das Relações Exteriores e comandante da Marinha

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, recebe, às 9h45, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Às 9h55, encontra-se com o comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, para participarem da sessão solene do

Congresso Nacional em comemoração ao Dia do Marinheiro, que começa às 10h.

Às 11h30, recebe o senador Renato Casagrande (PSB-ES) e a Comissão de Juristas encarregada de propor um novo Código de Processo Penal.

Às 14h, Garibaldi realiza reunião de líderes. Às 16h, preside a ordem do dia. E, às 20h, na Sala Villa Lobos do Teatro Nacional, assiste à apresentação da Orquestra de Brasília em homenagem ao ex-senador Arthur da Távola.

Comissão de reforma do CPP faz 6ª reunião

Às 9h, começa a 6ª reunião da Comissão de Juristas, criada para elaborar anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP). Após o encontro, o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido, e outros integrantes do colegiado farão visita ao presidente do Senado, Garibaldi Alves.



Em debate empréstimos do BNDES

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza, às 10h, audiência pública para ouvir o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre os riscos de não-pagamento dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a países sul-americanos. O vice-presidente do banco, Armando Mariante Carvalho, também participa da reunião.

Comissão de Educação vota meia-entrada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) começa às 11h a votação de 26 itens. O primeiro é o substitutivo, que será votado em turno suplementar, ao projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de meia-entrada por estudantes e idosos para assistir a espetáculos artísticos, culturais e esportivos (PLS 188/07).

Obras inacabadas em discussão na CMA

Em reunião às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa projeto sobre o controle de obras públicas inacabadas (PLS 58/08). Na pauta está também proposta que determina que os planos de saneamento básico incluam medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem (PLS 205/2008).

CMO faz reuniões sucessivas para analisar relatório

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizará hoje duas reuniões deliberativas, às 14h e às 17h, quando deve ser votada a segunda reestimativa de arrecadação. A expectativa é que o relatório final seja votado na CMO até o dia 17.

CDR discute fundo de desenvolvimento do Centro-Oeste

Às 10h, tem início audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste. Estão convidados os governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda; de Goiás, Alcides Rodrigues;

de Mato Grosso, Blairo Maggi; e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli. Também devem participar o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da Lei Orçamentária Anual 2009, e o secretário extraordinário de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.



Tributo a Artur da Távola

Às 20h, a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, sob a regência do maestro Ira Levin, homenageia o ex-senador Artur da Távola, patrono da Comissão Ano Cultural 2008. Será lançada também coletânea de DVDs com o programa *Quem tem medo da música clássica?*, da TV Senado, que era apresentado por Artur da Távola; e vídeo especial sobre o ex-senador, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro.

Mudanças no sistema financeiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove audiência pública, às 14h, para instruir o exame de dois projetos de lei complementar que tramitam em conjunto: o que altera a composição do Sistema Financeiro Nacional (PLS 102/07); e o que dispõe sobre a nomeação e demissão do presidente e dos diretores do Banco Central e sobre a organização do quadro funcional daquela instituição (PLS 72/07).

CAE analisa criação de ZPEs

Reunião, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para a votação de 46 projetos de lei que tratam da criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em diversos municípios. Também estão em pauta outras 14 proposições, como o substitutivo ao projeto que dispõe sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas (PLS 297/07).





João Pedro destaca pesquisa que aponta bom desempenho do governo

João Pedro ressalta realizações do presidente Lula

O senador João Pedro (PT-AM) registrou os altos índices de aprovação obtidos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisa de opinião realizada pelo Instituto DataFolha, pertencente ao jornal *Folha de S. Paulo*. As entrevistas foram feitas entre os dias 25 e 28 de novembro em todas as regiões do país e os resultados, publicados pelo jornal na última sexta-feira.

Um dos pontos que mais chamaram a atenção do parlamentar foi o entendimento que os consultados demonstraram da crise financeira internacional. Para 73% dos pesquisados, a crise é externa, localizada nos países ricos, e não no Brasil.

– Esse é um dado muito relevante para mim, porque travamos um debate aqui no Senado, entre governo e oposição, e o presidente Lula foi criticado de forma dura pelos partidos de oposição – disse João Pedro.

Outro dado da pesquisa refere-se ao melhor desempenho do governo Lula. Conforme o senador, em meio à crise internacional, os entrevistados dizem que o melhor desempenho está justamente na equipe econômica do governo. O segundo melhor desempenho é o da educação, e o terceiro, o do combate à fome.

– Considero o nosso governo exitoso nesses seis anos. A maior obra foi a diminuição da pobreza. Essa é uma chaga que as elites econômicas e políticas do Brasil criaram, formando um muro invisível, um *apartheid* – disse o parlamentar, que citou outras realizações importantes, como a continuação da Ferrovia Norte-Sul; a criação do Centro Federal de Ensino Tecnológico (Cefet); a sanção do piso salarial dos professores; e a implantação do ProUni.

Medida provisória que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica a adquirirem participação em instituições financeiras é a primeira proposta na pauta do Plenário

Última MP contra a crise deve ser votada esta semana

COM A PROXIMIDADE do fim do ano legislativo – em 22 de dezembro –, esta semana promete ser de intensa atividade plenária. O primeiro dos 48 itens da pauta de votações é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/08, proveniente da Medida Provisória (MP) 443/08, que autoriza o Banco do Brasil S.A (BB) e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil.

A proposta permite também que BB e Caixa adquiram, além de instituições financeiras públicas e privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e as demais previstas na Lei 4.595/64, que trata da política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ao acrescentar dispositivos ao texto original do governo, o PLV vedou a aquisição, por parte do BB e da Caixa, de carteiras de

planos de previdência privada na modalidade benefício definido, bem como a participação ou aquisição acionária das entidades abertas sem fins lucrativos e das sociedades seguradoras autorizadas a funcionar em conformidade com a Lei 6.435/97, que dispõe sobre as entidades de previdência privada.

Outra modificação feita por meio do PLV, cujo relator foi o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), é a fixação de prazo para que BB e Caixa tenham autorização para comprar as instituições financeiras e bancos. Pelo PLV, esse prazo será até 30 de junho de 2011, e poderá ser prorrogado por mais um ano mediante ato do Executivo.

O PLV também acrescentou artigo para criar, no Congresso Nacional, a Comissão Mista de Acompanhamento da Crise Financeira (CMAFCF), destinada a monitorar e fiscalizar as operações realizadas com base nessa proposta. Esse projeto passou a trancar a pauta do Plenário desde o dia 6.

MP 444/08

Também pode ser apreciada pelo Plenário nesta semana a MP 444/08, que autorizou o governo a doar arroz, leite em pó e sementes para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, com o objetivo de atender às populações desses países afetadas por eventos climáticos adversos de grandes proporções. Essa matéria passa a trancar a pauta no próximo dia 15.

PEC 29/03

Outro item da pauta é a proposta de emenda à Constituição de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que determina que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social (PEC 29/03). O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), observou, juntamente com a autora, que essa PEC representa o passo inicial para uma Lei de Responsabilidade Social.

Mozarildo espera decisão contra a Reserva Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse da tribuna estar confiante na decisão a ser tomada amanhã pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a ação proposta por ele e por Augusto Botelho (PT-RR) contra a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Ele explicou que não é contra reservas no estado, mesmo que elas já tenham consumido mais de 50% do seu território, mas considerou “excludente a demarcação que estão fazendo”. O parlamentar manifestou preocupação com o futuro, prevendo uma luta fratricida entre as diversas etnias indígenas.

– Tenho certeza que o STF vai decidir essa questão de maneira justa, de maneira que leve em conta os diversos ângulos e não apenas um pequeno ângulo obtuso dessa questão, e de uma vez por todas acabe com o sofrimento daquela população.

O senador disse que quatro ci-

dades estão sendo “riscadas do mapa”, com a expulsão de 456 famílias de colonos que viviam na região havia três ou quatro gerações.

Mozarildo frisou que, “graças à intransigência de entidades corruptas como o Centro Indigenista de Roraima [CIR]”, fracassaram todas as tentativas de resolver a questão politicamente e de maneira amigável. afirmou que entidades que representam a maioria dos indígenas, como a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur), não são ouvidas pela Funai ou pelo Ministério Público.

O senador alertou para o fato de que a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol está na verdade unindo várias reservas já existentes e juntando etnias que querem ter suas áreas separadas.

Em aparte, Augusto Botelho



Senador alerta para risco de luta fratricida entre índios em Roraima

perguntou por que o CIR e outras ONGs não fizeram um plebiscito entre os índios da região. “Os índios querem suas áreas separadas. Se mantiver emendado como está, daqui a dez anos vai estar como na África, com guerra entre etnias. Precisamos de uma mudança na política indigenista. Quem decide são pessoas que vivem em gabinetes e não convivem com índios”, disse. Também intervindo, Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu que o STF ouça os índios antes de decidir.



Heráclito pede socorro para companhia de energia piauiense

Para Heráclito, “situação da Cepisa é crítica”

Em discurso feito ontem em Plenário, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou de “crítica e caótica” a atual situação da Companhia Energética do Piauí (Cepisa). Segundo Heráclito, vários bairros da capital, Teresina, ficaram sem energia elétrica entre as 13h e as 21h do último domingo.

– Hoje, às 9h da manhã, uma nova interrupção; essa, menor. Eu tive o cuidado de ligar para várias pessoas de outros bairros e a situação era a mesma. É crítica e caótica a situação da nossa companhia energética – afirmou Heráclito.

De acordo com o senador, “já faz algum tempo” que a Cepisa não recebe investimentos financeiros dos governantes. Para ele, “não há um plano de investimento, de fortalecimento, para a energia elétrica do estado”.

Heráclito Fortes fez um apelo ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e ao presidente da Eletrobrás, José Antônio Muniz, para que ambos analisem a situação energética do Piauí.

– É um apelo para que eles examinem o que está acontecendo, que diabo de caveira de burro é essa que há na Cepisa, do Piauí, que está parada, estagnada e nada se faz. Não é possível continuar assim. É um desrespeito – disse.

Goellner: pagamento a produtor por serviços ambientais

Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu ontem a implantação de uma política de pagamento aos produtores rurais, por Prestação de Serviços Ambientais (PSA), com vistas à preservação da biodiversidade. Segundo o senador, a agricultura e o meio ambiente brasileiros só têm a ganhar com a prática que concilia produção agrícola com proteção ambiental.

– Cada vez mais a agricultura tem de se condicionar aos limites e às restrições impostas pelos programas de proteção ambiental, que fazem com que os cuidados com o meio ambiente sejam incorporados como parte fundamental das estratégias

agrícolas de competitividade – disse.

Goellner citou como exemplo a prática adotada no município de Extrema (MG): a prefeitura paga uma quantia aos proprietários de terras que têm nascentes de rios em seus imóveis e as preservam, ou então que restauraram áreas degradadas às margens de cursos d’água. A iniciativa busca proteger os recursos hídricos do sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de 50% da população de São Paulo.

O senador disse ter conhecido o projeto por meio do programa *Globo Rural*, da TV Globo. De acordo com ele, a inspiração

veio da cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Segundo o parlamentar, a prefeitura considera mais barato fazer o pagamento do que tratar água poluída.

Goellner elogiou ainda a sanção da Lei 11.828/08, que suspende a cobrança de PIS/Pasep e Cofins às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.



Gilberto Goellner cita prática adotada pela prefeitura do município de Extrema (MG)

Comissão de Constituição e Justiça analisa em caráter terminativo projeto que determina cumprimento de requisitos mais rigorosos para que o preso passe ao regime semi-aberto

Crime hediondo: CCJ vota mais rigor para progressão de pena

ESTÁ NA PAUTA da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um projeto de lei que torna mais rigorosa a exigência de tempo de prisão para a progressão de pena nos casos de crimes hediondos. A progressão de pena permite ao condenado, após iniciar o cumprimento da punição em regime fechado, "progredir" para o regime semi-aberto e, posteriormente, para o aberto, desde que atenda a diversos requisitos. O objetivo da proposta (PLS 30/08), de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), é aumentar o período de manutensão desses presos em regime fechado.

O projeto – que receberá decisão terminativa na CCJ – altera o artigo 2º da Lei 8.072/90, também conhecida como Lei dos Crimes Hediondos. De acordo com a matéria, a progressão de pena passaria a exigir o cumprimento de dois terços da punição, se o condenado for primário, e de quatro quintos, se



Kátia Abreu: Demostenes Torres impediu que exigências fossem ainda menores

for reincidente. Atualmente, para que haja a progressão, exige-se o cumprimento de dois quintos da pena, quando primário, e de três quintos, se reincidente.

O relator da proposição na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável ao texto. Ele argumenta, em seu relatório, que "os parâmetros atuais são muito baixos considerando a gravidade objetiva dos crimes

previstos" e que "as novas frações propostas se ajustam melhor à necessidade de prevenção e repressão dos crimes hediondos".

Contexto

Demostenes lembra que, originalmente, a Lei dos Crimes Hediondos proibia a progressão da pena "na hipótese de crimes hediondos e condutas constitucionalmente equiparadas (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo)" – ou seja, o condenado teria de cumprir integralmente a pena em regime fechado. Mas, em 2006, o Supremo Tribunal Federal considerou essa proibição inconstitucional. Em consequência disso, foi aprovada, em 2007, a Lei 11.464, para fixar os atuais critérios para progressão de pena – o próprio senador foi um dos relatores no Congresso Nacional do texto que deu origem à nova lei. Segundo Kátia Abreu, a atuação do senador impediu, na ocasião, que os períodos exigidos fossem ainda menores.

Comissão discute programação da TV Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve votar amanhã, às 8h45, substitutivo do senador Romeu Tuma (PTB-SP) a projeto de resolução que concede liberdade à TV Senado para definir sua grade de transmissões ao vivo, desde que mantida a prioridade para a veiculação das sessões plenárias. O texto do relator, que defende a fixação de critérios mínimos para a grade, estabelece que as flexibilizações, em caráter excepcional, devem ser submetidas à autorização do presidente do Senado.

O projeto original (PRS 58/07) é de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO) e garante à TV Senado flexibilidade para elaborar sua programação de acordo com critérios jornalísticos que considerem os temas em debate e os interesses da audiência. Conforme a matéria, a TV teria que manter equilíbrio na transmissão de atividades das comissões, subcomissões e outras atividades da Casa, sempre com o objetivo de assegurar transparência aos

trabalhos. A proposição determina também que os eventos que não forem transmitidos ao vivo sejam gravados e veiculados de preferência no mesmo dia em que ocorrerem.

No substitutivo, Tuma propõe que a flexibilização da grade de programação defendida por Expedito Júnior só ocorra por indicação do conselho editorial da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) e com autorização do presidente do Senado. Tuma sugere que, ao longo das transmissões ao vivo de sessões plenárias, sejam prestadas informações, de preferência por escrito, sobre as outras reuniões que acontecem simultaneamente na Casa. Indica ainda que as reuniões sejam transmitidas ao vivo pela internet.

A proposta original recebeu emendas dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PT-PR), parcialmente acatadas pelo relator. Paim sugere que a TV Senado tenha transmissões adaptadas para deficientes auditivos. Já a emenda

de Arns propõe a regulamentação da transmissão de eventos que ocorram no mesmo horário.

Licitações

Também deverá ser examinada pela CCT projeto de lei da Câmara (88/08) que obriga o governo a manter na internet dados atualizados sobre licitações e contratos da administração pública. A matéria recebeu parecer favorável do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que concorda com a argumentação do autor de que o agente público deve sempre buscar a transparência nos processos de licitação e, para isso, usar os meios tecnológicos mais eficientes.

Outra proposta que consta da pauta da CCT recebeu parecer pela rejeição do relator, Augusto Botelho (PT-RR). De autoria do então senador Ney Suassuna, o projeto estabelece como requisito para registro de medicação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a posse da patente ou a autorização do titular da patente da medicação (PLS 29/06). Augusto considera que a legislação atual já é eficiente no reconhecimento da propriedade intelectual e não precisa ser modificada.

Juristas iniciam nova etapa na reforma do CPP

A comissão criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP) – Decreto-Lei 3.689/41 – tem reunião marcada para hoje a fim de aprofundar a discussão sobre processo investigatório, medidas cautelares e provas. Os trabalhos do colegiado começam às 9h e, às 11h30, o presidente, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido, e os integrantes da comissão farão uma visita ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, para comunicar o andamento das atividades.

Na última reunião, realizada em 27 de novembro, o colegiado discutiu, entre outros temas, a prisão especial e a prisão preventiva. Segundo informações do consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, que integra o grupo, os juristas defendem o fim da prisão especial para pessoas que possuam diploma de nível superior. Na visão da maioria dos membros do colegiado, não há justificativa constitucional para que os detentores de diploma universitário tenham a garantia de prisão especial.

As reuniões dos juristas são realizadas mensalmente, em caráter fechado, e o encerramento dos trabalhos está previsto para janeiro de 2009. No último encontro os juristas avaliarão se haverá necessidade de solicitar prorrogação das atividades da comissão.

O Código de Processo Penal

O Código de Processo Penal data de outubro de 1941 e foi editado por decreto-lei em pleno Estado Novo. Com mais de 67 anos, o texto não está adequado à Constituição de 1988, na avaliação da comissão.

Apesar de o código ter sido atualizado, desde a promulgação da nova Carta "o parlamento brasileiro ainda não teve a oportunidade de se dedicar a reforma integral do mencionado diploma, de modo a reforçar o movimento de convergência ao novo paradigma constitucional", avalia a comissão em sua página eletrônica – <http://www.senado.gov.br/novocpp>.

O Código de Processo Penal estabelece todas as regras do processo criminal, desde a investigação à sentença judicial e seus recursos, e possui 811 artigos, distribuídos em cinco livros.

Consulta pública

Instalada em 9 de julho pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, a comissão foi criada atendendo a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O texto final do anteprojeto do CPP será objeto de consulta pública e, após exame e aprovação dos senadores, será transformado em projeto de código. A sociedade também pode oferecer contribuições pelo site ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

O grupo tem como relator-geral o procurador regional da República Eugênio Pacelli. Integram ainda o colegiado o juiz federal Antonio Corrêa; o advogado e professor da Universidade de São Paulo, Antônio Magalhães Gomes Filho; o advogado e ex-secretário de Justiça do estado do Amazonas, Félix Valois Coelho Júnior; o advogado e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Jacinto Nelson de Miranda Coutinho; o delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar; e o promotor de Justiça Tito de Souza Amaral.

Para a comissão, o código atual não atende ao que determina a Constituição de 1988

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Papaléo Paes • Augusto Botelho

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senado lança hoje Prêmio de História

Será lançado hoje o Prêmio Senado Federal de História do Brasil, que vai agraciar, anualmente, três obras que destaquem aspectos políticos na história do país. O lançamento, que faz parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola, será realizado na Sala Villalobos do Teatro Nacional, em

Brasília, após apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, às 20h. A entrada é gratuita.

O prêmio foi instituído por projeto do senador Tião Viana (PT-AC) aprovado em outubro. A ideia é que a iniciativa estimule a produção e divulgação de obras historiográficas bra-

sileiras.

Todo mês de maio, serão premiados, em sessão especial do Senado, os três primeiros lugares. A avaliação será feita por comissão composta por historiadores reconhecidos em suas áreas de atuação.

Também serão lançados hoje o livro *Salão de humor da Cons-*

tituante, com obras de cartunistas brasileiros que integraram exposição com o mesmo nome no Senado, e uma coletânea das edições do programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, da TV Senado. Haverá ainda uma exibição do vídeo *Especial Artur da Távola*, produzido pela TV Senado.

Ribeiro anuncia inauguração de novo trecho da Norte-Sul

O senador João Ribeiro (PR-TO) comunicou ontem ao Plenário que participará da solenidade de inauguração de mais cem quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. Segundo informou o parlamentar, o trecho será inaugurado hoje, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cidade de Colinas (TO).

Além de João Ribeiro, devem participar da solenidade os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e José Sarney (PMDB-AP), ministros, o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, secretários de estado e prefeitos e vereadores da região.

– De cem em cem quilômetros, vamos chegar aos mais de 1.500 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de uma obra extremamente importante. Vai alavancar a economia, o progresso e o desenvolvimento da população tocantinense – afirmou o senador.

João Ribeiro disse ainda que o presidente da República deve anunciar na solenidade



João Ribeiro: ferrovia deve ser finalizada ainda no governo Lula

sua intenção de completar a Ferrovia Norte-Sul até o final do seu mandato. A Norte-Sul e a Ferrovia Transnordestina, acrescentou o senador, têm “prioridade absoluta” entre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Acho que a ferrovia é, sem sombra de dúvida, a maior solução do problema de transporte no Brasil. A gente pode, realmente, conseguir melhorar a nossa produção e transportar por um frete mais barato e exportar para os países consumidores – avaliou João Ribeiro.

Comissão examina proposta para controlar obras públicas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) examinará hoje, em decisão terminativa, proposta do senador licenciado Fernando Collor (PTB-AL) que visa controlar obras públicas inacabadas no país. A ideia é que seja criado, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), cadastro geral de todas as empreendimentos que utilizem dinheiro público.

Conforme o projeto (PLS 58/08), o relatório deverá discriminar todas as obras públicas de engenharia que estejam paralisadas há mais de um ano e ser enviado, anualmente, ao Tribunal de Contas da União (TCU), às comissões de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado, ao Ministério Público da União e à Controladoria Geral da União. O



Fernando Collor é autor do projeto, que está na pauta de hoje da CMA

parecer do relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), é favorável à proposta.

A comissão também analisará, em caráter terminativo, o projeto de lei (PLS 247/08) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que determina a obrigatoriedade da comprovação da origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos.

Simon registra aniversário da morte de João Goulart

Senador lembra denúncia, investigada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, de que o ex-presidente teria sido assassinado por agentes da Operação Condor

PEDRO SIMON (PMDB-RS) registrou o aniversário de morte do ex-presidente João Goulart, ocorrido em 6 de dezembro de 1976. O senador lembrou a investigação feita pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a partir da denúncia de que Jango, como era conhecido, fora assassinado por uma conspiração do governo militar.

A denúncia foi apresentada pelo uruguaio Mario Neira Barreiro, preso na penitenciária de Charqueadas (RS) por tráfico de armas, que afirma ter participado do crime. A comissão apresentou seu relatório final em julho e concluiu que o ex-presidente pode ter sido envenenado.

– Ainda espero que se dê a devida resposta às notícias dramáticas com relação ao que teria sido o assassinato do presidente – disse Simon. Para o senador, a não-resistência de João Goulart ao golpe de Estado que o depôs, em 1964, foi um ato de “responsabilidade extraordinária”, pois, segundo Simon, evitou a intervenção da



Simon voltou a defender a realização de prévias para as eleições de 2010

Marinha norte-americana e a conseqüente divisão do Brasil.

O ex-presidente exilou-se no Uruguai e, depois, na Argentina, onde faleceu – oficialmente, de ataque cardíaco. A suspeita é de que sua morte tenha sido planejada pela Operação Condor, aliança político-militar criada para reprimir os movimentos de oposição aos regimes autoritários da América do Sul.

Pedro Simon narrou ainda o processo para garantir o retorno do corpo ao Brasil, o velório, o cortejo pela cidade de São Borja (RS) até chegar ao cemitério, onde o senador e Tancredo Ne-

ves discursaram, e a pancadaria ocorrida na missa de sétimo dia, em Porto Alegre.

Obama

O senador pelo Rio Grande do Sul comentou ainda a eleição de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos. Em sua opinião, Obama é o primeiro presidente, nos últimos tempos, a se eleger com “uma história de paz e de entendimento”. O parlamentar afirmou ter esperanças de que Obama possa “suspender, transferir, deixar sobrestada” a reativação da Quarta Frota da Marinha norte-americana, que atua no Caribe e na América Central e do Sul.

Simon também registrou artigo do ex-senador Paulo Brosard, no *Jornal do Commercio*, afirmando que, no Brasil, os partidos políticos não existem, o que na visão de Simon “é uma triste realidade”. E, mais uma vez, defendeu a realização de prévias nos partidos para a escolha dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2010, num “debate multipartidário”.

Cristovam torce para que Obama inove nas áreas social e ambiental

Ao comentar a eleição para a presidência dos Estados Unidos, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou sua expectativa de que Barack Obama se diferencie de seus antecessores, adotando posturas que reflitam maior preocupação com a sustentabilidade da vida na Terra, com a redução da pobreza e com o respeito às instituições internacionais e à autonomia dos países.

Segundo Cristovam, se Obama deixar de lado o exclusivismo dos EUA nas relações internacionais e passar a definir regras

concretas sobre o uso de combustíveis fósseis, poderá passar para a história não apenas como o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, mas, sobretudo, como “o primeiro chefe de Estado do século 21” da nação mais poderosa do planeta. Em sua opinião, George W. Bush e Bill Clinton pertencem ao século passado devido às suas “posições retrógradas”.

– O primeiro presidente americano do século 21, se vier a ser o presidente Obama, vai ter de levar em conta que o mundo não pode continuar



Obama terá de levar em conta a desigualdade mundial, diz Cristovam

com a desigualdade crescente e com o abandono sistemático dos pobres do mundo inteiro – disse Cristovam, que classificou de “ultrapassado” e “do século 20” o governo do presidente George W. Bush, devido ao seu “perfil unilateral e belicista”.

Escolas terão internet rápida, afirma Augusto

O senador Augusto Botelho (PT-RR) anunciou ontem que as escolas públicas de Roraima passarão a ter acesso à internet em banda larga, graças a projeto de inclusão digital desenvolvido pelo Ministério das Comunicações.

Em uma primeira etapa, dis-

se, o projeto beneficiará 115 escolas estaduais de ensino médio, que receberão antenas para o acesso gratuito em alta velocidade à rede de computadores. A iniciativa, conforme o senador, também beneficiará a Universidade Virtual de Roraima, favorecendo a ampliação

da oferta de ensino superior.

Augusto Botelho explicou que as escolas estaduais serão equipadas com computadores, a serem fornecidos pelo Ministério da Educação, que também participa do projeto.

Em aparte, o senador Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR) disse

que a medida representa um avanço para a educação de Roraima. Já a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a iniciativa teria de vir acompanhada de uma ação preventiva para evitar que a internet desarticule os “processos culturais” das comunidades isoladas.

Senador lembra que o fumo, além de prejudicar o bem-estar dos cidadãos, é uma das causas preponderantes dos gastos com saúde, podendo provocar até 57 doenças

Papaléo defende propostas que protejam não-fumantes

MESMO RECONHECENDO O sucesso da legislação antifumo em diminuir o número de dependentes do tabaco, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu aprimoramentos que limitem ainda mais o espaço para os fumantes. O parlamentar disse acreditar que essas restrições protegerão a população em geral dos malefícios do tabagismo e, de maneira particular, os não-fumantes.

– Quero ressaltar que uma medida como a proibição do fumo em locais de uso coletivo não objetiva simplesmente excluir do convívio pessoas que desenvolveram dependência em relação ao tabaco e, muito menos, estigmatizá-las, sujeitando-as a atitudes repulsivas daqueles que não têm o hábito de fumar – explicou Papaléo, que é médico.

O senador chamou a atenção para os debates em torno de dois projetos de lei do Senado – o PLS 315/08, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) e o PLS 316/08, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que tramitam em conjunto.

O primeiro propõe a proibição do uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero, derivado ou não de tabaco,



Papaléo diz que pessoas estão fumando menos devido a leis e campanhas

em ambiente fechado, público ou privado. Ou seja: proíbe mesmo os fumódromos, como são chamados os espaços destinados aos fumantes.

Já o PLS 316/08 exclui da proibição os locais abertos em pelo menos um de seus lados, como varandas, calçadas, terraços, balcões externos e similares.

– O assunto demanda uma discussão séria e minuciosa.

Gastos

Ele lembrou que o fumo, além de prejudicar o bem-estar dos cidadãos, é uma das causas preponderantes para os gastos com a saúde. O tabaco

afeta praticamente todo o organismo. De acordo com o parlamentar, os especialistas afirmam que o número de doenças provocadas pelo uso da substância pode chegar a 57. A maioria dessas doenças leva à morte, especialmente o infarto do miocárdio, a hipertensão, o acidente vascular cerebral (popularmente conhecido por AVC ou derrame), o enfisema pulmonar, a pneumonia, a tuberculose, o aborto, as úlceras do estômago e do duodeno, o aneurisma abdominal e vários tipos de câncer.

O senador observou que as pessoas estão fumando menos. E isso se deveria ao maior rigor das leis criadas nos últimos anos e às campanhas maciças.

Ele mencionou como exemplo o Dia Nacional do Combate ao Fumo, 29 de agosto, criado pela Lei 7.488/86, cujo tema escolhido para as atividades deste ano foi “Ambientes 100% livres de fumo: um direito de todos”.

Papaléo disse ter apresentado “voto de aplauso” ao governador de São Paulo, José Serra (PSDB), pela elaboração de projeto que proíbe o fumo em ambientes coletivos, sejam públicos ou privados. A matéria foi enviada à Assembléia Legislativa em agosto.

Valter Pereira critica produção e venda de bombas de fragmentação no Brasil

Valter Pereira (PMDB-MS) protestou ontem contra a fabricação e comercialização de bombas de fragmentação, “sem limitações”, por pelo menos três indústrias bélicas brasileiras. O senador disse que ficou “estarecido” quando leu nesse domingo a coluna do jornalista Jânio de Freitas, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título “O país escondido”, em que foi revelada a recusa do governo Luiz Inácio Lula da Silva em assinar um tratado contra a fabricação, uso e venda desse tipo de armamento, juntamente com outros 92 países.

O artigo também alerta para o fato de que a produção desse tipo de armamentos de guerra acontece “às escuras”, sem o conhecimento da população ou do Congresso Nacional. Valter Pereira reconheceu que qualquer país precisa de Forças Armadas e que seria ingenuidade pensar que o pacifismo do Brasil justificaria abrir

mão de armamentos e organizações militares. Ele assinalou que o Brasil tem um vasto território, é objeto de muita cobiça e tem fronteiras vulneráveis.

– Todavia, tolerar a fabricação de bombas de fragmentação é alimentar um dos mais covardes ataques a seres humanos – afirmou.

O senador salientou a capacidade dessas bombas de multiplicar o número de vítimas, grande parte delas civis, que morrem ou são mutilados instantaneamente ou em diferentes momentos. As bombas de fragmentação podem ficar enterradas e não explodir até que alguém pise nelas. - Imagine tais bombas de fragmentação nas mãos de traficantes que promovem verdadeira guerrilha urbana; de delinqüentes que enfrentam a polícia e roubam metralhadoras de dentro de quartéis do Exército; de meliantes que perderam o respeito pela vida humana. Não quero acreditar que a



Valter Pereira também protesta contra venda de cem mísseis ao Paquistão

produção e comercialização de tais artefatos resultem de um projeto de política externa de viés belicoso – frisou.

Mísseis

Na avaliação de Valter Pereira, a venda de cem mísseis ao Paquistão, aprovada pelo governo brasileiro na terça-feira passada, foi um grande erro. Ele observou que foi fornecido material bélico a um país amigo que vive “às turras” com seu vizinho, a Índia – que, por sua vez, é também uma antiga parceira do Brasil na comunidade internacional.



Paulo Paim: “Foi um gesto cívico e patriótico a favor de um país mais justo”

O senador Paulo Paim (PT-RS) relatou ontem a realização de ato público em favor dos aposentados e pensionistas, ocorrido no fim de semana em Santos (SP). O evento contou com a presença do prefeito da cidade, João Paulo Tavares, de sindicalistas, artistas, representantes de entidades ligadas aos aposentados e a outras

Paim destaca realização, em Santos, de ato público em favor de aposentados

categorias, deputados federais, estaduais, vereadores, políticos de toda a Baixada Santista e membros da Maçonaria e da Igreja Católica.

– Foi um gesto cívico e patriótico que não é contra ninguém e, sim, a favor de um país mais justo e mais fraterno – observou Paulo Paim.

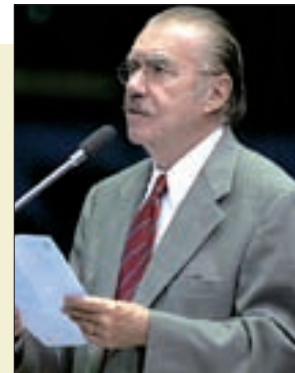
O movimento, suprapartidário e intersindical, deverá se repetir em Belo Horizonte, Porto Alegre, Volta Redonda e Salvador, garantiu ainda o senador.

Paulo Paim agradeceu ainda aos “amigos” espalhados por todo o Brasil, que lhe enviam correspondências, e-mails e mantêm contato por se ocuparem com o andamento de seu mandato. Para ele, esses amigos são

“uma das razões” de viver e lhe inspiram a propor as matérias legislativas.

O senador se referiu à equipe de trabalho no Senado, especialmente aos integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por ele.

Paulo Paim também citou um funcionário de seu gabinete com deficiência visual, Luciano, que se locomove pela Casa com seu cão-guia, Mits. Ele lembrou que isso só foi possível a partir da aprovação de projeto do senador Romeu Tuma (PTB-SP) que garante o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. O projeto originou a Lei 11.126/05.



Sarney diz esperar ressurgimento de jornal

Sarney aponta luta da Tribuna da Imprensa

José Sarney (PMDB-AP) lamentou o fechamento do jornal *A Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, destacando a luta travada pela publicação nas últimas décadas em defesa do país.

Em carta encaminhada ao diretor da publicação, Hélio Fernandes, o senador diz que recebeu o anúncio do fechamento com “inconformismo, lamento e uma sensação de nostalgia”, lembrando a época em que atuou como colaborador do jornal.

“Minha lembrança da Tribuna vem dos tempos em que acompanhei, na Rua do Lavradio, a Carlos Lacerda e Odylo Costa, filho, Aluizio Alves e Carlos Castelo Branco, quando assistia a preparação da página de opinião e sentei mesmo à máquina como colaborador anônimo ou no fechamento do artigo de fundo e nos editoriais”, afirma o senador na carta.

Sarney afirma ainda, na carta, que nunca deixou de considerar importante ouvir a palavra de Hélio Fernandes, “tantas vezes isolada, mas sempre firme, sempre corajosa”, mesmo depois que o jornalista assumiu a tarefa de um jornal “independente, de opinião e de convicções”.

“Espero que a Tribuna da Imprensa ressurgja e você continue a dar a sua contribuição fundamental para a imprensa brasileira, como um dos jornalistas mais combativos e brilhantes em nossa imprensa”, acrescenta o senador na carta.



Para Mão Santa, governo do PT patrocinou devastação

Mão Santa denuncia desmatamento no Piauí

O corte de vegetação de cerrado na região da Serra Vermelha, no sul do Piauí, foi denunciado ontem por Mão Santa (PMDB-PI). Citando matéria publicada pelo jornal *Diário do Povo do Piauí*, Mão Santa lamentou a invasão da região por carroarias, as quais produzem carvão vegetal para alimentar as caldeiras de siderúrgicas brasileiras.

– E o pior é que foi o governo do PT de lá que patrocinou [o desmatamento]. Foi tanta gente ganhando dinheiro. Muita gente se elegeu à custa disso – disse.

Mão Santa considerou também o desmatamento na região como uma das principais causas da seca em seu estado, onde 72 municípios já decretaram estado de emergência.

No mesmo pronunciamento, Mão Santa criticou o governo federal pela suspensão do cadastro do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) em mais de cem municípios piauienses. Ele fez um apelo ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, responsável pela gestão do programa, solicitando a revisão dos casos das famílias que não conseguiram pagar seus financiamentos.